

ENTRE PRISÃO E EXÍLIO: ROMPENDO COM A CARTOGRAFIA DO FEMININO

Lógica Territorial

«... desorientada, rodopiando, embatendo em janelas e peitoris ... procura aquilo de que necessita, tal como eu, e, como eu, encontra-se encurralada num lugar onde não consegue realizar-se. Podia abrir-lhe o frasco de mel na bancada da cozinha, para que se servisse de uma pequena quantidade; mas, mesmo assim, ela não conseguiria trabalhar nem sobreviver nesta casa.

Também tenho andado a tentar caminho contra vidraças. Tombo meio atarantada, esforçando-me por me levantar. Recomponho-me, para mais uma vez recomeçar, procurando.»
(Rich, 1986: 211)

A metáfora da abelha presa numa sala, de onde procura desesperadamente sair, aponta para a forma como a representação constrange e restringe o significante feminino ao defini-lo de acordo com padrões centralizadores. Isto é, a ligação estreita do significante a um único significado consiste numa imposição de limites à pluralidade infinita da significação feminina. A representação, ou correspondência directa entre significante e um único significado, equivale à tentativa de contenção de uma multiplicidade heterogénea e descentrada dentro de fronteiras delimitadas, de becos sem saída. A linguagem de revolta contra um olhar que tem como meta fixar, classificar e taxinomicar, contra o qual se tropeça e se embate, cambaleando no processo, é a linguagem de um corpo definido pelo poder, por um olhar totalizador. Em suma, a representação consistirá na objectificação daquilo que é infinitamente subjectivo.

O entrelaçar do poder e do conhecimento relativo ao «outro» é metaforicamente interpretado como uma reivindicação ou conquista

Cláudia Álvares

Universidade Lusófona de Humanidades
e Tecnologias

de território, com base na força e na violência. Aquele que se define enquanto sujeito dominante em relação aos outros, excluindo-os no processo, afirma-se no seio do seu território, relegando a alteridade para a «terra de ninguém», para o exílio permanente. Teóricas feministas contemporâneas afirmam que o estabelecimento de uma identidade racional masculinista comportou a conquista do espaço público: os hermetismos e exclusões que legitimam a violência necessária para se reafirmar continuamente a dominação desse território têm sido descritos como coercivos nas suas reivindicações epistémicas.

O lugar, ou território, privilegiado é a nossa terra natal, habitada pelo sujeito cartesiano, pelo «ergo sum», entidade essa que aí se define através da delimitação das suas fronteiras. Ostentando uma unidade não fragmentada, uma identidade sem fissuras, esta subjectividade pertence à representação.¹ (Kamuf, 1988: 158) Contudo, as exclusões contra as quais o sujeito da representação se afirma são muitas vezes a outra face do próprio sujeito, dividido e descentrado. Aquilo que está exilado do território da representação corresponde ao que transcende, ou excede, a capacidade do sujeito se representar a si mesmo enquanto totalidade não fragmentada. A fragilidade da representação reside na incapacidade de o sujeito se tornar presente na sua totalidade, na falha permanente entre significante e significado. Ao aceitar-se que não há significado supremo para o qual o significante possa apontar, admite-se o fracasso da representação. Desterritorializa-se a representação, abrindo caminho a um jogo infinito de significação, à livre associação entre significantes descentrados.

«O fracasso da representação é a única forma de se representar adequadamente.» (Zizek, 1989: 175)

Teóricas como Judith Butler insistem na categoria do feminino enquanto fluida, enquanto «significante político» que resiste a qualquer tentativa de estabilização dentro de paradigmas representativos. O género torna-se flexível e culturalmente específico, assemelhando-se a uma encenação do corpo, uma actuação ensaiada no quotidiano, onde a subjectividade feminina se gera a si própria através da sua vivência ritualista. Não existe corpo naturalmente feminino. Antes, o corpo é apenas feminino na medida em que se lhe atribui à partida tal significado. Ao desconstruir as oposições binárias de feminino e masculino, o pós-estruturalismo pretende apontar para uma gama de possibilidades menos rígida no que toca a questões de género. A mudança, ou potencialidade para a acção, insere-se aqui no seio de uma política da significação, ou seja, num domínio que transcende a representação. Esta política da significação aponta para a reinscrição permanente de significantes em qualquer matriz cultural, sendo que um significado não é senão significante que remete para outro significante num jogo sem fim, no qual a ligação naturalizada da linguagem com um significado supremo se desmorona. Ao introduzir uma ruptura na representação, o pós-estruturalismo chama a atenção para o facto de qualquer correspondência entre significante e significado pertencer ao foro da convenção e não ao domínio da natureza. O centro é perseguido por significados instáveis e perturbadores, que se revelam significantes, arrastando-se e batendo-se à margem das palavras, eludindo-as, sobrevivendo à repressão violenta inerente à «re-presentação». (McRobbie, 1999: 82; Butler, 1997)

¹ Entre a miríade de metáforas que designam uma subjectividade rigidamente delimitada, à maneira de 'terra natal', encontra-se o 'room of one's own', título de uma obra de Virginia Woolf. Esta autora pretendia articular um espaço próprio, divorciado da masculinidade hegemónica, traçando uma cartografia representativa de uma subjectividade não masculina.

O conceito de bricolage é pertinente para a significação. Em *O Pensamento Selvagem*, Lévi-Strauss recorre a este termo para demonstrar como os rituais mágicos dos povos primitivos se assemelham a sistemas coerentes de ligação entre objectos, sistemas esses que se prestam a uma variedade infinita de combinações improvisadas por forma a gerar novas significações. No âmbito dos Estudos Culturais britânicos, Dick Hebdige aplica a bricolage à análise das subculturas, afirmando que estas se distinguem precisamente pela rearticulação de objectos de consumo por forma a apontar para significações que divergem da norma, à maneira da resignificação butleriana. (2001: 103) Seguindo na linha de Hebdige, Angela McRobbie afirma que as subculturas jovens do pós-guerra são caracterizadas por desvios à oposição binária profunda de masculino e feminino. O corpo torna-se uma fonte inesgotável de resistência ritualizada: a cultura comercial fomenta novos estilos destinados a dar expressão a tensões históricas de diferenças raciais, sexuais e de classe, inscritas no corpo. (1999: 87)

Contudo, muitas feministas insurgem-se contra a prática da resignificação, preferindo afirmar o feminino enquanto essência identitária. Influenciadas por Lacan, teóricas como Hélène Cixous, Luce Irigaray e Julia Kristeva, consideram o feminino como zona de exílio, terra de ninguém, área marginal mas resguardada que proporciona às mulheres a oportunidade de se afirmarem sem terem de recorrer a categorias de representação patriarcais. O exílio, ou excesso, que caracteriza o feminino enquanto alteridade do masculino será veementemente disputado por Butler. Segundo esta teórica, é com base em processos de exteriorização análogos que os habitantes de territórios conquistados afirmam a sua identidade e confirmam a sua normatividade. (McRobbie, 1999: 82) Ou seja, sabemos aquilo que somos apenas ao definir aquilo que não somos; a consolidação da identidade ou da subjectividade assenta em processos de exclusão, sendo que a afirmação de uma essência feminina «exilada» apenas contribuirá para uma mais violenta reafirmação do território conquistado.

De acordo com Gillian Rose, será precisamente a fronteira entre a subjectividade hegemónica e aquilo que se encontra para além dessa hegemonia que tortura o feminino. Simultaneamente aprisionadas e exiladas, as mulheres recusam a contenção do feminino dentro de paradigmas representativos limitados, ao mesmo tempo que resistem uma marginalização que permite a consolidação do centro.

«Prisioneiras e exiladas: a primeira manifestação daquilo que apelido de espaço paradoxal. Não admira então que o espaço seja tão tortuoso para o feminino.» (Rose, 1993: 150)

Entre centro e margem, o feminino negocia o público e o privado, distinção essa que sobrevive na linguagem de produção e reprodução que caracteriza a geografia feminista. Reduto de uma tensão dicotómica, esta última disciplina oscila entre, por um lado, a negação de uma especificidade feminina, focando a vida das mulheres apenas enquanto publicamente relevante, e, por outro, a figura da mulher enquanto essência universal. Contudo, ao apontar para a possibilidade de uma resignificação infinita, que supera as dicotomias da razão ocidental, o feminismo desconstrutivo desafia o masculinismo e racismo inerentes às cartografias tradicionais da subjectividade, cartografias essas que privilegiam o centro, o território não fragmentado.

Centro e margem, interior e exterior, imbricam-se então um no outro, tal como prisão e exílio se entrelaçam, simultaneamente ocupados pelo feminino. A subjectividade feminista desestabiliza deste modo as antinomias fundacionais da geografia dominante. A distinção entre mente e corpo,

entre racional e irracional, entre público e privado é ameaçada, desterritorializando-se o espaço totalizador ao mesmo tempo que se rompe com as suas exclusões. As polaridades que estruturam a imaginação geográfica hegemónica são assim descentradas, abrindo-se caminho à inclusão da experiência e da emoção numa nova política orientada para a significação. (Rose, 1993: 155)

Geografia Marxista

A geografia marxista, disseminada na década de setenta nos países anglo-saxónicos, enfatiza as relações dialécticas entre o modo de produção capitalista e o espaço geográfico, nomeadamente o meio ambiente. Ao considerar a sociedade uma superestrutura da base económica, problemas como o desenvolvimento desigual e desequilíbrios ambientais são tidos por reflexo do capitalismo. Qualquer mudança acarretada no âmbito social teria assim de partir de uma alteração no domínio do modo de produção. A geografia marxista pressupõe que as contradições inerentes ao capitalismo se espelham nas formações sociais vigentes, contradições essas que atingiriam uma resolução na «síntese» final proporcionada por um comunitarismo assente numa sociedade de partilha que conduziria a um desenvolvimento igualitário e sustentável. Enquanto os marxistas tradicionais colocavam ênfase na transformação temporal das relações de produção, os geógrafos marxistas salientariam a necessidade de se transformar as próprias forças de produção, mudança essa que implica uma redefinição das necessidades humanas segundo uma perspectiva mais sustentável dos pontos de vista ecológico e económico.

A perspectiva teórica marxista é materialista devido à primazia conferida à satisfação das necessidades económicas do quotidiano. Oposto ao idealismo alemão, o materialismo veicula a ideia de que a sociedade e a realidade provêm de simples actos económicos que os seres humanos realizam por forma a satisfazer necessidades alimentares, de abrigo e de protecção do corpo. Marx coloca o homem e a natureza numa união dialéctica, cuja mediação é a praxis, ou seja, o trabalho. A realidade empírica ou material não é uma natureza independente do homem, mas antes constitui-se enquanto praxis humana. A essência humana em Marx realiza-se assim através do trabalho e da actividade produtiva. Por outras palavras, o trabalho consiste na categoria primordial do ser, da auto-definição e da existência, tornando-se essencial quer à satisfação das necessidades humanas, quer à auto-realização humana. Ao experimentar o trabalho como processo exterior ao seu controlo, devido ao facto de os meios de produção serem propriedade de uma elite, os indivíduos alienam-se da sua essência humana.

Contudo, segundo Marx, o trabalho alienado encarnado na propriedade, ou no capital, consistia numa «positividade» que superava a alienação das relações de produção capitalistas, por permitir a satisfação de necessidades materiais. Ao contrário de Marx, os geógrafos marxistas defendem que o desenvolvimento e a satisfação das necessidades não são dados garantidos, pelo que não podem ser equiparados a fenómenos naturais dependentes de produtos fixos supostamente destinados a assegurar a sua gratificação. (Soper, 1986: 42)

A redefinição das necessidades acarretaria então uma relação não antagónica entre a humanidade e a natureza. A visão que pressupõe necessidades humanas ilimitadas por um lado, e uma escassez de recursos planetários por outro, depende de um dualismo ontológico entre o humano e o não humano, através do qual a natureza se apresenta como «alteridade» ameaçadora. A única

solução para a tensão existente entre a humanidade e a natureza consiste assim numa negociação política prevendo a transformação das estruturas contemporâneas de produção e consumo. Para os geógrafos marxistas, defender que a escassez de recursos conduz à alienação de grande parte da população, cujas necessidades económicas se mantêm insatisfeitas, consiste numa aceitação das definições correntes das necessidades humanas e da sua satisfação. (Soper, 1986: 73-4)

Considerando que o capitalismo consiste num modo de produção em que as relações de propriedade originam e são mantidas pela exploração económica do trabalho, o valor do capital deriva do facto de encarnar esse trabalho. Ao se aperceberem de que as forças capitalistas são sustentadas pela exploração das forças de produção, os trabalhadores podem racionalmente optar por uma existência não alienada, aprendendo a dominar processos sociais por forma a atingir um modo de vida mais humano. Em Marx, então, os processos alienantes aparecem aos seres humanos como fenómenos naturais que operam para além do seu controlo; contudo, ao verificarem a sua responsabilidade na sustentação e manutenção de tais processos, os indivíduos consciencializam-se da sua capacidade de oposição aos papéis através dos quais reproduzem a vida social. Para os geógrafos marxistas, esta oposição à reprodução do social passa iminentemente pela oposição às tecnoestruturas de produção e de consumo que caracterizam a sociedade contemporânea.

Geografia Marxista Feminista

Os geógrafos marxistas sustentam que os espaços materiais são intrínsecos aos processos capitalistas, sendo moldados pela natureza essencialmente desigual do desenvolvimento económico. Este enfoque na diferenciação entre espaços que caracteriza a geografia marxista desde os seus primórdios tornar-se-ia apelativo ao feminismo², debruçando-se este último sobre a geografia urbana à luz da desigualdade «espacial».

A desigualdade existente entre as relações sociais de produção e de reprodução viria a inspirar o desenvolvimento de uma geografia feminista marxista. Susanne Mackenzie, por exemplo resumiu a sua perspectiva enquanto geógrafa feminista em termos de «uma visão da vida na sociedade capitalista como sendo estruturada pelas nossas relações com os meios e processos através dos quais *produzimos* bens e serviços e nos *reproduzimos* enquanto seres biológicos e sociais.» (1989: 56)

Os conceitos de produção e reprodução derivam do materialismo dialéctico de Marx. Para este autor, os indivíduos reproduzem-se na sua relação dialéctica com a natureza, relação essa que consiste numa praxis, o trabalho, através da qual a própria natureza se modifica. O produto do trabalho torna-se, na medida em que encarna um resquício humano – o trabalho –, uma alienação da essência humana ou então uma objectificação do social. Essa objectificação do social é o que faz do produto do trabalho uma mercadoria. A mercadoria simboliza quer a produção assalariada, quer a reprodução social, pelo facto de significar algo que excede a mera representação do trabalho.

Tal como a mercadoria consiste numa conjugação de produção e reprodução, também o espaço material é considerado, pelos geógrafos marxistas, como sendo produzido e reproduzido pela vivência, acção e trabalho humanos. Adoptando uma perspectiva histórico-materialista, geógrafas

² A interpretação masculinista do espaço que predomina na geografia temporal tradicional considera-o espaço como singular e homogéneo.

feministas apontam para o lar enquanto exemplo da interrelação entre produção e reprodução. Originalmente destinando-se ao trabalho produtivo com o intuito de transformar recursos em alimentos, abrigo e roupa, o lar pré-capitalista foi perdendo as suas funções económicas com o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Devido a estas funções serem assimiladas pela esfera «pública» no sistema capitalista, o lar torna-se então uma arena destinada à reprodução e socialização do trabalho.³ Segundo Alison Hayford, o domínio privado sobrevive, apesar do incremento da esfera pública, por ser necessário ao capitalismo. O modo de produção capitalista necessita do privado dado este permitir, por um lado, a sustentação dos desempregados, apaziguando a sua desmotivação para com o sistema, e, por outro, a recuperação da alienação inerente ao processo de produção assalariada, assegurando a revitalização psíquica e física dos trabalhadores. A segregação espacial do lar doméstico reforça o seu papel ideológico, estando as mulheres assim vocacionadas para a reprodução da domesticidade das seguintes formas: fisicamente, através da maternidade, materialmente, através das tarefas domésticas, e ideologicamente, ao proporcionar um refúgio às relações de produção. (Mackenzie *et al.*, 1983) De acordo com Seyla Benhabib, a privacidade inerente à esfera doméstica torna as actividades das mulheres invisíveis e inaudíveis, com o resultado de não terem sido, até recentemente, abrangidas pela jurisprudência.⁴

«As normas de liberdade, igualdade e reciprocidade têm parado à porta do lar doméstico. Dois séculos depois das revoluções francesa e americana, a entrada das mulheres na esfera pública está longe de completa, a divisão de trabalho genérico no seio da família ainda não é objecto de reflexão política e moral, e as mulheres e as suas preocupações continuam a ser invisíveis nas teorias contemporâneas da justiça e da comunidade.» (Benhabib, 1997: 13)

A associação das mulheres à domesticidade enquanto construção ideológica cultural teve consequências materiais alargadas, nomeadamente a divisão espacial das esferas do público e do privado pertinentes aos domínios respectivos da produção e da reprodução. Criaram-se assim esferas separadas relativas ao público e ao privado, à domesticidade e à produção assalariada, separação essa que se manifestaria na geografia urbana através do crescimento descontrolado de subúrbios da classe trabalhadora e da classe média. Para o feminismo, a desigualdade nas relações sociais de produção e reprodução revela-se na dicotomia que faz corresponder produção à masculinidade e reprodução à feminilidade. Esta divisão, consequência de mudanças histórico-geográficas específicas, camufla a ligação estreita entre produção e reprodução.

«A renovação diária e geracional do trabalhador efectuada em casa consiste numa parte importante daquilo que os marxistas denominam de “reprodução da força de trabalho”, que, no sentido mais simples, significa a renovação da capacidade para trabalhar. Por a vida doméstica desempenhar uma função tão importante na reprodução deste processo, não deveria, certamente, estar separada em termos analíticos da vida industrial, da “esfera de produção”.» (Mackenzie *et al.*, 1983: 157)

³ O Estado Providência viria a apropriar-se de grande parte das funções económicas originalmente pertencentes ao lar pré-capitalista.

⁴ De acordo com Benhabib, a justiça torna-se no centro da vida moral colectiva quando o lar nuclear da antiguidade e da Idade Média perde as funções reprodutivas com o incremento da economia capitalista de troca.

A construção da masculinidade ou da feminilidade ocorre no mercado de trabalho, no lar e na comunidade em geral, não podendo o género estar confinado a questões domésticas, laborais, ou de classe. Assim, apesar de as relações sociais de produção e de reprodução ocorrerem em espaços distintos e se estruturarem através desses espaços, questões de género cruzam-se nos dois domínios, impedindo a consolidação de qualquer dicotomia.

Críticas à Dicotomia Público vs. Privado

Ao demonstrar a interdependência do trabalho doméstico e dos processos capitalistas, a geografia feminista nega a separação dos domínios da produção e da reprodução, do público e do privado. A elaboração de uma crítica às interpretações ortodoxas da cidade foca assim a ligação da domesticidade privada e da produção assalariada pública.⁵ Segundo Gillian Rose, a ideologia de uma esfera privada situada à margem do capitalismo tem tido dois resultados prementes: por um lado, conduz à exclusão quer do trabalho doméstico feminino, quer do consumo privado das análises da sociologia urbana; por outro, leva a uma compartimentalização rígida de saberes dentro da disciplina da geografia, estando a geografia económica alocada ao estudo da indústria e a geografia social ao da comunidade local. A geografia marxista, por sua vez, recusa a ligação da produção assalariada ao consumo no lar e na comunidade local. Como solução, as geógrafas feministas apontam para a substituição da dicotomia público e privado pela interligação dos domínios da produção e da reprodução enquanto processo único que integraria o feminino em todos os aspectos do estudo do espaço e organização urbanas.

O interesse na distinção entre público e privado enquanto instrumento de análise feminista começou a diminuir em finais da década de oitenta. A associação da cidade ao masculino e dos subúrbios ao feminino revelou-se uma construção cultural poderosa que todavia não constituiria uma realidade sócio-espacial. A segregação entre domínios público e privado, masculino e feminino, adquire assim o estatuto de ficção orientadora, ficção essa que se encontra subordinada à especificidade da experiência subjectiva.

O feminismo negro tem apresentado críticas exaustivas à distinção entre público e privado, enfatizando a especificidade social do privado.⁶ Nesta perspectiva, tal cisão deriva do culto da domesticidade proveniente da burguesia branca, sendo que o conceito de «privado», para os negros, nem sempre corresponderia ao lar doméstico; antes, a esfera privada referir-se-ia essencialmente a espaços direccionados apenas à comunidade negra, masculina e feminina, espaços esses interditos a brancos. Em vez de constituir um «fardo» para as mulheres, o privado serviria de escape à opressão racial. (Hill-Collins, 1990: 39, 58; Hurtado, 1989; Rose, 1993: 126)

As categorias de público e privado deixam de ser instrumentos de análise críticos fidedignos, na medida em que estão arreigados a pressupostos burgueses que dependem da exclusão da domesticidade «feminina», resultando numa «femininização» do domínio reprodutivo. Esta femininização da reprodução alegadamente também se cruza com factores raciais e de classe por

⁵ Um dos resultados mais prementes da geografia feminista foi o de trazer a esfera feminina para explicações académicas da vida social e económica. Dada a cisão física e ideológica entre lar e produção assalariada, os geógrafos tradicionais frequentemente ignoraram o lar enquanto local social.

⁶ A fronteira entre público e privado não terá necessariamente o mesmo significado para mulheres negras e brancas.

reflectir ideais burgueses ocidentais de uma domesticidade feminina não conspurcada pela produção assalariada. (Rose, 1993: 126-7)

Ao refugiarem-se no mito de uma essência universal feminina⁷, os estudos geográficos feministas marginalizam a diferença, tornando as mulheres negras invisíveis na cartografia do território feminino, terra de ninguém.⁸ Segundo Gillian Rose, a exclusão de questões raciais e de classe por parte de feministas que enfatizam a esfera da reprodução enquanto essência universal feminina revela a cumplicidade existente entre a geografia feminista e a geografia tradicional.

No outro extremo, as feministas que focam a produção acabam por representar o lar enquanto local de produção, pois «a produção não está restrita à produção assalariada, nem ocorre exclusivamente em locais especializados no espaço urbano». (Rose, 1993: 131) Esta perspectiva resulta na compreensão do privado e do doméstico em termos de produção económica. A esfera pública assimila desta forma o doméstico, enquanto espaço destinado à reprodução material e ideológica da força de trabalho.

«Devido a esta integração do doméstico no público, a referência àquilo que usualmente se associa ao privado é marginalizada ... A esfera da "reprodução" (em sentido lato) é inflectida pelas conotações com o domínio público, com o efeito de que o pessoal se torna político, ou pelo menos económico, obscurecendo qualquer outra alternativa de se compreender o social.» (Rose, 1993: 131-2)

A geografia feminista evita assim a invocação explícita do corporal e do emocional nos seus estudos, conduzindo à inserção da categoria do feminino em teorias da esfera pública de modo epistemologicamente deficitário. Conceitos dicotómicos como «justiça» e «liberdade individual», «interesses gerais» e «necessidades privadas», «normas públicas» e «valores privados» apenas enfatizam a cisão entre público e privado, nomeadamente entre os domínios político e económico por um lado, e o doméstico e familiar por outro. (Benhabib, 1997: 13)

Desconstrução enquanto Bricolage

Revelando uma clara cumplicidade com os pressupostos burgueses, heterossexuais e racialmente inflectidos da geografia tradicional, a geografia feminista oscila então entre duas estratégias: por um lado, apela a uma essência universal feminina que se manifesta na esfera do privado; por outro, ignora a diferença feminina, medindo o «progresso» feminista apenas na medida em que a vida das mulheres se torna relevante para o domínio público.

⁷ Uma essência universal feminina remete para um conceito de reprodução inerente ao feminino, conceito esse que terá sido, segundo Gillian Rose, interpretado pela geografia feminista através do filtro de valores culturais burgueses ocidentais. As noções de lar enquanto espaço destinado à reprodução, o individualismo da figura materna isolada no lar, o desinteresse pela divergência feminina relativo ao significado de 'lar' consistirão, assim, num eco directo do ideal burguês do privado. (Rose, 1993: 126-7) Nesta perspectiva, a investigação feminista que enfatiza a reprodução enquanto essência feminina apaga questões de classe e de raça.

⁸ O mapa do território feminino consiste numa representação de uma essência universal feminina que exclui diferenças raciais e de estratificação social. Ao tentar 're-presentar', voltar a tornar presente uma forma ideal feminina, o mapa feminino assimila as mulheres no seio de uma totalidade homogénea, ignorando as heterogeneidades susceptíveis de provocarem fissuras numa 'terra de ninguém' pacífica e não conflituosa.

Contudo, as próprias contradições inerentes à geografia feminista, nomeadamente a sua oscilação entre o público e o privado, permite escapar aos ímpetus totalizadores do discurso geográfico hegemónico. Uma visão da cidade que se baseia numa organização espacial pública por um lado e privada por outro, remetendo para as categorias da produção e da reprodução respectivamente, recusa-se a ter em conta o desenvolvimento de redes comunicacionais que não pertencem nem a uma nem outra categoria. Tais redes envolverão a criação de espaços de apoio comunitário às mulheres, nomeadamente a criação de infantários, centros de saúde, centros de aconselhamento e incentivos ao trabalho a partir de casa. Segundo Mackenzie, tais espaços consistem numa economia interpessoal informal que desafia os conceitos da cidade dicotomicamente dividida, tornando inadequados os mapas teóricos tradicionais da urbanidade. (1989: 114)

Há outros estudos feministas que apontam ainda para a irrelevância da distinção entre política informal, baseada em questões domésticas ou comunitárias, e política formal, baseada no mercado de trabalho ou outras preocupações públicas.⁹ Segundo Sue Brownill e Susan Halford, tal distinção consiste numa tentativa de imposição de esferas separadas sobre movimentos políticos complexos que lutam em torno da redefinição de questões do foro produtivo e reprodutivo, resultando numa caricaturização da política feminina. Argumentos semelhantes foram apresentados por Sallie Marston e Michelle Saint-Germain, cujos estudos sugerem que as actividades políticas femininas, nomeadamente as que ocorrem ao nível da comunidade local, não são visíveis através das categorias de investigação convencionais da geografia política. Ao revelar as contradições entre público e privado, a geografia feminista aponta para a necessidade de uma nova definição do político que reconheça o envolvimento pessoal feminino ao nível da comunidade local.¹⁰

A política surge assim enquanto mapa territorial da representação que contém o significante feminino, subjugando-o ao significado dominante, impedindo-o de transcender as fronteiras delimitadas no sentido de participar num jogo livre de significação infinita. Apontando para a necessidade de provocar uma ruptura nessa territorialização totalizadora, as geógrafas feministas procuram abrir a cartografia da subjectividade feminina a uma política da significação, ou seja, a uma política do exílio que aceite o descentramento da condição humana.¹¹

A feminista marxista desconstrucionista Gayatri Spivak caracteriza a desterritorialização do feminino como uma suplementaridade do significante que excede qualquer tentativa de historização devido a uma multiplicidade de posicionamentos da subjectividade feminina que transcendem a representação. Contudo, Spivak alerta-nos para a possibilidade de qualquer tentativa de

⁹ Os estudos feministas referidos neste âmbito são os de Sue Brownhill e Susan Halford bem como os de Sallie Marston e Michelle Saint-Germain. Enquanto os primeiros se debruçam sobre a participação das mulheres na política local londrina nos anos 80, os segundos focam o activismo feminino ao nível da comunidade local em Tucson, Arizona.

¹⁰ Refira-se aqui que embora Hannah Arendt não fosse uma simpatizante da causa feminista, ela advogava a importância do envolvimento numa política local e comunitária que permitisse ao cidadão comum participar activamente na 'felicidade pública' divorciada de questões de interesse pessoal e económico. O federalismo inerente à constituição norte-americana estaria assente na divisão de poder a partir das bases, ou seja, de 'repúblicas ou concelhos elementares', abrindo caminho a um conceito de autoridade que, não deixando de ser piramidal, seria gerado em cada um dos níveis dessa pirâmide. Assim, enquanto se reconciliaria, nos EUA, a igualdade com a autoridade, nos países cujo sistema político se baseia nos fundamentos da Revolução francesa o cidadão distanciar-se-ia progressivamente do envolvimento político activo, assumindo o Estado a responsabilidade pela gratificação das necessidades do cidadão. (Arendt, 1963: 278)

¹¹ O "estar-se perdido" (*On Being Lost*), conceito esse que a teórica Irit Rogoff tem vindo a desenvolver, alude precisamente ao desvanecimento do centro, à dispersão de uma identidade arraigada ao território da representação.

desterritorialização conduzir a uma consolidação da própria territorialização, pois, dentro de uma dicotomia, qualquer oposição a um dos pólos serve apenas para reafirmar o outro extremo. Será nesta medida que as feministas dos países industrializados, ao se oporem às sociedades patriarcais «terceiro mundistas» que alegadamente não defendem os direitos da população feminina, conseguem apenas sedimentar a identidade de um «primeiro mundo» que se define em relação àquilo ao qual se opõe. Além de mais, segundo Spivak, ao se insurgirem contra o etnocentrismo, muitos académicos dos EUA e da Europa tentam aliviar uma consciência pesada devida ao passado colonial, resultando num «etnocentrismo invertido» (*reverse ethnocentrism*). Assim, para Spivak, os projectos imperialista e anti-imperialista serão semelhantes, por se reafirmarem mutuamente.

A totalização inerente ao colonialismo reflectir-se-á na violência epistémica da investigação académica contemporânea que parte do pressuposto de que é possível recuperar a voz de uma subalternidade relegada para as margens da história. Este gesto, que revela «uma nostalgia pela origem perdida», corresponde a um escamoteamento do facto de não haver autenticidade a recuperar, por o sujeito colonial ter sido moldado pela textualidade do projecto imperialista. Assim, em vez de se procurar articular uma voz para sempre perdida, Spivak incita ao trabalho de arquivo que conduzirá, com base na análise de textos da época imperial, à elaboração das diversas constituições discursivas da subjectividade subalterna. Existem assim múltiplos posicionamentos de um sujeito descentrado, posicionamentos esses que por vezes entram em contradição uns com os outros.

Spivak aponta para a prática hindu do *sati*, a auto-imolação das viúvas, como um caso paradigmático dessa pluralidade de posicionamentos da subjectividade feminina. Apesar do colonialismo britânico ter mantido em vigor quase toda a legislação hindu, insurgiu-se contra o *sati*, caracterizando-o primeiro de ritual pagão e subsequentemente de crime. As mulheres hindus encontravam-se assim simultaneamente presas entre uma visão imperialista do rito hindu e uma visão patriarcal da sua condição feminina, sendo que ambas estas perspectivas marginalizavam por completo a questão do livre arbítrio feminino. O *sati* surge então como terreno ideológico responsável pela cartografia da subjectividade feminina, subjectividade essa que, devido ao facto de não ocupar lugar de enunciação, consiste num significante flutuante sem conteúdo algum. Transcendente a qualquer tentativa de recuperação, o subalterno feminino sobrevive enquanto resquício histórico no arquivo textual imperialista. A análise desconstrutiva destes textos revela a multiplicidade de posicionamentos do sujeito feminino que supera qualquer dicotomia entre perspectivas imperialista e patriarcal. Tenta-se redescobrir o sujeito nos interstícios do não falado, nas entrelinhas das inscrições dominantes. Ao examinar os limites da tentativa de centramento por parte de qualquer «grande narrativa», a desconstrução evita polarizações, chamando a atenção para a indeterminação de fronteiras nos mapas traçados da subjectividade.

Apesar de adoptar a estratégia derrideana no sentido de colocar a lógica dicotómica da discursividade económica *sous rasure*¹², Spivak admite que em certas situações limite apenas a adopção de categorias universais permitirá lutar contra o lado contrário numa oposição.

«Adopta-se o universal que nos confere o poder de nos insurgirmos contra o outro lado, e aquilo que se rejeita é a pureza teórica.» (Spivak, 1990: 12)

¹² A lógica económica da discursividade diz respeito à ideia de que, dentro do discurso da racionalidade ocidental, uma posição e o seu contrário apenas se conseguem legitimar mutuamente.

A desconstrução da raça, da classe ou do género consistiria, segundo Spivak, numa tentativa de articular uma pureza teórica. Este objectivo é impossível de atingir, na medida em que os próprios desconstrucionistas estão sujeitos a uma «grande narrativa» ao procurarem proteger a sua pureza teórica através do repúdio de categorias essencialistas da subjectividade. (Spivak, 1990: 12) Spivak recorre assim à rearticulação de ideias colectivistas marxistas tais como as de classe e o económico por considerá-las a base de formações ideológicas.¹³

A política enquanto jogo de resignificação infinito, enquanto estrutura rizomática descentrada, será apenas possível em zonas geográficas onde redes de comunicação tenham sido estabelecidas, abrangendo os desempregados, os marginalizados e os trabalhadores não qualificados. No chamado «terceiro mundo» essas redes são inexistentes, o que dá lugar à consciencialização relativa à divisão de trabalho e à subcontratação internacionais.¹⁴

«A política do jogo, ou dos rizomas, pode ser suficientemente válida no “Primeiro Mundo” mas não quando é denominada de planetária ou global.» (Spivak, 1998: 127)

O essencialismo estratégico apela a uma vigilância no processo de crítica cultural, vigilância essa que não corresponde a um distanciamento das categorias essencialistas da subjectividade. Estas devem ser usadas localmente, de modo situacional, sem que se proceda à sua universalização. Spivak aponta para a especificidade sócio-cultural e económica dos diversos contextos geográficos, alertando-nos para os perigos inerentes à «universalização do local». Apesar de desconfiar da grande narrativa marxista relativa ao modo de produção dada a sua interligação com noções imperialistas prevaletentes na época em que Marx escrevia, o século XIX, Spivak defende o recurso ao marxismo dentro do contexto do Sudeste Asiático, nomeadamente do Bangladesh.¹⁵ Apoiando a tentativa de salvar esta teoria da sua proveniência europeia, Spivak afirma que a Esquerda sudeste asiática procura um equilíbrio entre o modelo eurocomunista, dentro do contexto de uma crítica ao marxismo ocidental com base no fenómeno da guerrilha camponesa, e o exemplo da reinscrição da revolução na China. Esta *bricolage*, ou apropriação de categorias universais fundamentadas numa especificidade situacional, conduz à superação das dicotomias inerentes à razão ocidental. Assim, em vez de se procurar defender o marxismo em detrimento do pós-estruturalismo, Spivak utiliza aquilo que mais se adequa a determinada situação, sempre vigilante relativamente à tentação de se passar do local ao global.

Conclusão

Entre produção e reprodução, público e privado, essencialismo e anti-essencialismo, o feminismo procura escapar à lógica da discursividade dicotómica ocidental. No processo, deixa-se aliciar pela

¹³ Confrontada com as categorias universais inerentes ao determinismo económico, a heterogeneidade advogada por Spivak arrisca-se, segundo Robert Young, a ser assimilada pelo Marxismo enquanto narrativa dominante. (Young, 1995: 168)

¹⁴ Segundo Spivak, a crítica do sujeito consistirá assim num privilégio daqueles que tiveram o direito de figurarem no mapa da subjectividade.

¹⁵ A par da investigação académica realizada enquanto docente da Universidade de Columbia, Spivak tem vindo a desenvolver trabalho de raiz junto às populações carenciadas do Bangladesh, no âmbito de projectos patrocinados pelo Banco Mundial.

desconstrução enquanto ferramenta crítica conducente à articulação das aporias ou «dificuldades» encobertas pela rigidez de binarismos opostos. Contudo, a desconstrução como jogo de significação infinito incidirá, de forma privilegiada, sobre aqueles que foram alvo de um mapeamento dominante. Os exilados, habitantes de uma terra de ninguém sem fronteiras delimitadas, não podem ser desconstruídos, por não terem sido «construídos» à partida. Segundo Spivak, a crítica do sujeito é um privilégio daqueles que tiveram o direito de figurarem na topografia da subjectividade. Em vez de abrir caminho a uma estrutura rizomática descentrada, a desconstrução conduz-nos ao essencialismo estratégico, ou seja, ao situacionismo do universal. Dada a especificidade da cartografia da nossa subjectividade, podemos recorrer, a modo do *bricoleur*, a categorias centradas e acentradas, consoante as nossas exigências contextuais do momento.

Contudo, talvez a defesa de uma crítica situacionista consista numa nostalgia do território natal, das certezas da nossa própria cultura e sociedade num mundo em que nem tradição, nem cultura, nem sociedade podem existir sem interacção, colaboração, confrontação e troca. (Benhabib, 1995: 28) A vocação de uma crítica situacionista poderá, assim, exigir um exílio social, pois há alturas em que as normas e valores imanentes a uma cultura estão de tal forma esmorecidos que não permitem que se fale em seu nome. O crítico social exilado não adopta «uma visão objectiva», divorciada de qualquer tipo de situacionismo, mas antes «uma visão do exterior das paredes da cidade», quaisquer que sejam tais fronteiras. Exilado entre uma cartografia do sujeito dominante e uma terra de ninguém, o feminismo aporético voga à deriva, embatendo em paredes, desnordeando-se, perdido, sem centro.

Bibliografia

- Arendt, Hannah (1963) *On Revolution*. Londres: Penguin, 1990.
- Benhabib, Seyla (1997) *Situating the Self: Gender, Community and Postmodernism in Contemporary Ethics*. Cambridge: Polity Press.
- Benhabib, Seyla (1995) «Feminism and Postmodernism: An Uneasy Alliance», in *Feminist Contentions: A Philosophical Exchange*, Linda Nicholson et al. (org.). Londres; Routledge.
- Brownhill Sue et al (1990) «Understanding Women's Involvement in Local Politics: How Useful is a Formal/Informal Dichotomy?» *Political Geography Quarterly* vol. 9, nº 4, pp. 396-414.
- Butler, Judith (1997) «Introduction», in *The Psychic Life of Power: Theories in Subjection*. Stanford, Califórnia: Stanford University Press.
- Hafford Susan (1989) «Spatial Divisions and Women's Initiatives in British Local Government», *Geoforum*, 20, pp. 161-74.
- Hayford Alison (1974) «The Geography of Women: An Historical Introduction», *Antipode* vol. 6, nº 2, pp. 1-19.
- Hebdige, Dick (1979) *Subculture: The Meaning of Style*. Londres: Routledge, 2000.
- Hill-Collins, Patricia (1990) *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and Empowerment*. Londres: Harper Collins.
- Hurtado, Aida (1989) «Relating to Privilege: Seduction and Rejection in the Subordination of White Women and Women of Colour», *Signs*, 14, pp. 833-55.
- Kamuf, Peggy (1988) «Penelope at work: interruption in *A Room of One's Own*», in *Feminism and Foucault: Reflections on Resistance*, org. I. Diamond and L. Quinby. Boston: Northeastern University Press.
- Lévi-Strauss, Claude (1962) *The Savage Mind*. Chicago: The University of Chicago Press, 1966.
- Mackenzie Susanne (1989) «Women in the City», in *New Models in Geography. Volume 2: The Political Economy Perspective*, R. Peet et al. (org.). Londres: Unwin Hyman.

- Mackenzie Susanne *et al.* (1983) «Industrial Change, the Domestic Economy and Home Life», in *Redundant Spaces in Cities and Regions?*, J. Anderson *et al.* (org.). Londres: Academic Press.
- Marston, Sallie Ann *et al.* (1991) «Urban Restructuring and the Emergence of New Political Groupings: Women and Neighbourhood Activism in Tucson, Arizona», *Geoforum*, 22, pp. 223-36.
- Marx, Karl (2000) «Economic and Philosophical Manuscripts» in *Selected Writings*, ed. David MacLellan. Oxford: Oxford University Press.
- McRobbie, Angela (1999) *In the Culture Society: Art Fashion and Popular Music*. Londres: Routledge.
- McRobbie, Angela (1994) «Strategies of Vigilance: An Interview with Gayatri Chakravorty Spivak», in *Postmodernism and Popular Culture*. Londres: Routledge, 1998.
- Mohanty, Chandra Talpade (1991) «Introduction: Cartographies of Struggle: Third World Women and the Politics of Feminism», in *Third World Women and the Politics of Feminism*, Chandra Talpade Mohanty *et al.* (org.). Bloomington: University of Indiana Press.
- Moi, Toril (1985) *Sexual Textual Politics: Feminist Literary Theory*. Londres: Routledge.
- Rich, Adrienne (1986) *Blood, Bread and Poetry: Selected Prose 1979-1985*. Londres: Virago.
- Rogoff, Irit (2000) *Terra Infirma: Geography's Visual Culture*. Londres: Routledge.
- Rose, Gillian (1993) *Feminism and Geography: The Limits of Geographical Knowledge*. Cambridge: Polity Press.
- Soper, Kate (1995) *What is Nature: Culture, Politics and the Non-Human*. Oxford: Blackwell.
- Spivak, Gayatri (1990) *The Post-Colonial Critic: Interviews, Strategies, Dialogues*. Sarah Harasym (org.). Londres: Routledge.
- Spivak, Gayatri (1987) *In Other Worlds: Essays in Cultural Politics*. New York: Methuen.
- Spivak, Gayatri (1976) «Translator's Preface» in *Of Grammatology*. Baltimore: John Hopkins University Press.
- Young, Robert (1990) *White Mythologies: Writing History and the West*. Londres: Routledge.
- Zizek, Slavoj (1989) *The Sublime Object of Ideology*. Londres: Verso, 1995.